



Poder Judiciário

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

Plataforma Nacional de Editais de 23/07/2026

Certidão de publicação 67

Edital

Número do processo: 0000944-90.2014.5.06.0172

Classe: Ação TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO

Tribunal: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

Órgão: 2ª Vara do Trabalho do Cabo

Tipo de documento: Edital

Disponibilizado em: 23/07/2026

Inteiro teor: [Clique aqui](#)

Destinatários(as): AROLDO CAVALCANTE MOREIRA

CLINICA PRO-CENTER LTDA - ME

ROSSANA CRISTINA QUIRINO DA SILVA

DANIEL CINTRA ZANELLA

TANIA MARIA VON BECKERATH GRIMALDI

ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS
FINANCEIROS

Advogado(as): ISIS DE CASSIA SANTOS - OAB PE - 34328

FRANCISCO DIEGO LIMA TEIXEIRA - OAB PE - 32938

ROSIVALDO LEITAO DA SILVA - OAB PE - 41998

FABRICIO ARAUJO PIRES - OAB PB - 15709

Teor da Comunicação

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO 2ª VARA DO TRABALHO DO CABO ATOrd 0000944-90.2014.5.06.0172 RECLAMANTE: ROSSANA CRISTINA QUIRINO DA SILVA RECLAMADO: CLINICA PRO-CENTER LTDA - ME Av. Pres. Getúlio Vargas, 576, Centro, Cabo de Santo Agostinho/PE, CEP: 54505560 Telefone: (81) 3524-1265 Atendimento ao público: das 8h às 14h EXEQUENTE: ROSSANA CRISTINA QUIRINO DA SILVA, CPF: 043.148.394-90 ADVOGADO: ISIS DE CASSIA SANTOS, OAB: 34328 – PE EXECUTADO: CLÍNICA PRÓ-CENTER LTDA – ME, CNPJ: 13.463.926/0001-65 ADVOGADO: ROSIVALDO LEITÃO DA SILVA, OAB: 41998 - PE ADVOGADO: FRANCISCO DIEGO LIMA TEIXEIRA, OAB: 32938 – PE TERCEIRO INTERESSADO: ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCIEROS, CNPJ: 05.437.257/0001-29 TERCEIRO INTERESSADO: AROLDO CAVALCANTE MOREIRA ADVOGADO: FABRÍCIO ARAÚJO PIRES, OAB: 15709 – PB TERCEIRA INTERESSADA: HELENA BARBOSA LEITÃO ADVOGADA: RAÍSSA RAFAELA FELIPE DOS SANTOS – OAB: 48284-PE EDITAL DE ALIENAÇÃO JUDICIAL DIRETA com AUTORIZAÇÃO JUDICIAL (EXCLUSIVAMENTE ON LINE) O Exmo. Dr. BRUNO ANTONIO ACIOLY CALHEIROS, Juiz do Trabalho da 2ª. Vara do Trabalho do Cabo de Santo Agostinho, nos termos do artigo 880 e seguintes do Código de Processo Civil, bem como das diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), torna público que será realizada ALIENAÇÃO JUDICIAL DIRETA ONLINE do bem penhorado nos autos do processo em epígrafe, por intermédio do Leiloeiro Oficial DANIEL CINTRA ZANELLA, credenciado junto a este Regional Trabalhista, por meio do site <https://leilaopernambuco.com.br> Conforme § 1º, do art. 880, do CPC: “O juiz fixará o prazo em que a alienação deve ser efetivada, a forma de publicidade, o preço mínimo, as condições de pagamento, as garantias e a comissão...”, o que se faz mediante as seguintes DIRETRIZES: 1. OBJETO DA ALIENAÇÃO: UM IMÓVEL COM TÉR

REO E PRIMEIRO ANDAR, CONSTRUÍDO EM ALVENARIA, DE NÚMERO 101, LOCALIZADO NO BAIRRO DE BARRA DE JANGADA, NA CIDADE DE JABOATÃO DOS GUARARAPES, COBERTA COM TELHA TIPO BRASILEIRA, TODA LAJEADA, SENDO QUE NO TÉRREO EXISTE UMA GARAGEM E UM PEQUENO PONTO COMERCIAL MEDINDO 45,00M² (QUARENTA E CINCO METROS QUADRADOS) DE ÁREA CONSTRUÍDA, MEDINDO 10 (DEZ) METROS DE FRENTE E 05 (CINCO) METROS DE FUNDO CADA LADO, ESTANDO O IMÓVEL NO NASCENTE E EM RAZOÁVEL ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SENDO HABITADA PELA SRA REGINA ALVES LEITÃO HÁ OITO ANOS (descrição conforme Auto de penhora - ID 6617D45). RESSALVA 1: O imóvel não tem matrícula imobiliária (conforme informado na petição de Id. 60ae208), assim a penhora recai sobre direitos possessórios, originados de Escritura de cessão de benfeitorias em favor de José Leitão Sobrinho (Id. 7282D87). RESSALVA 2: em eventual alienação do bem penhorado, deverá ser resguardada à terceira interessada HELENA BARBOSA LEITÃO a quota-parte correspondente a 50% do valor da avaliação, permanecendo a penhora restrita à parte ideal pertencente ao executado, conforme determinado no acórdão de id.5b0f3cf. O acórdão, nas razões de decidir, define que: A constrição sobre bem indivisível deve observar o art. 843 do CPC, garantindo ao cônjuge alheio à execução a preservação de sua meação, resguardando 50% do valor da avaliação do bem. Localização do bem: Av. Ulisses Montarroyos, 101, Barra De Jangada, Jaboatão Dos Guararapes/PE Valor da Avaliação: R\$ 200.000,00 Data da avaliação: 20/02/2024 Valor da Execução: R\$ 188.570,39 (Id. 7Cc9cd4)

2. FASES DA ALIENAÇÃO e PERCENTUAIS DE PREÇO MÍNIMO: Serão realizadas Sessões on line sucessivas, com os seguintes parâmetros: a) 1ª SESSÃO, dia 03/08/2026, com fechamento às 17:00h: a partir do valor da avaliação; b) 2ª SESSÃO, dia 03/08/2026, com fechamento às 17:20h: a partir do valor equivalente a 80% da avaliação; c) 3ª SESSÃO, dia 03/08/2026, com fechamento às 17:40h: a partir do valor equivalente a 60% da avaliação; d) Em todas as Fases será oportunizado com transparência e igualdade de condições a participação dos interessados que tenham cadastro homologado e habilitado, conforme regramento contido no item 5. deste Edital. As propostas deverão ser realizadas até o horário estabelecido para fechamento de cada Sessão; e) As Sessões de Alienação Direta supracitadas poderão ser realizadas com transmissão ao vivo, em tempo real, com início cerca de 15 a 20 minutos antes do horário final estabelecido, informando antes do fechamento as principais regras do certame e procedendo ao fechamento da Sessão on line, informando ao final do horário o valor da oferta vencedora, levando para os autos a última melhor proposta válida registrada até o horário máximo estabelecido para cada sessão de alienação. Obs.1: Qualquer proposta que tenha sido eventualmente registrada após o horário de fechamento da sessão será desconsiderada e excluída do sistema do leiloeiro, que certificará como vencedora a proposta realizada apenas dentro do parâmetro temporal estabelecido neste Edital para cada Sessão e em cada patamar de preço mínimo. As sessões observarão ordem decrescente de preço mínimo e serão realizadas de forma sucessiva, de modo que, havendo proposta válida em determinada sessão, ficará prejudicada a abertura das sessões seguintes de menor percentual, reputando-se encerrado o certame naquela em que ocorrer a arrematação. Obs.2: Se ocorrer qualquer problema técnico na transmissão mencionada no item 2, e), não haverá prejuízo à validade do ato, podendo o fechamento do certame ocorrer exclusivamente por meios informáticos, sendo dispensada em caso de impossibilidade, a transmissão do vídeo e áudio do leiloeiro, uma vez que a disputa finda em hora marcada e considerando que os participantes tem a obrigação de conhecer todas as regras deste edital. Obs.3: Considerar-se-á não vil o preço que respeite os percentuais mínimos estabelecidos neste edital, sem prejuízo da análise do Juízo acerca das circunstâncias concretas do caso nos termos da legislação aplicável à espécie, notadamente art. 891, do Código de Processo Civil.

3. AMPLA DIVULGAÇÃO, CONDIÇÕES DE VENDA, COMISSÃO DO LEILOEIRO: a) Após a publicação deste Edital no Diário Eletrônico da Justiça, o leiloeiro oficial dará ampla publicidade à alienação em seu site, e demais meios de ampla divulgação; b) As propostas ofertadas na sessão de alienação serão consideradas à vista, e devem ser pagas através de guia de depósito judicial; c) A comissão devida ao leiloeiro oficial é de 5% sobre o valor da alienação, e deve ser paga pelo(a) adquirente em guia de depósito judicial apartada, diversa da do lance/proposta. d) Eventuais propostas nos autos de oferta parcelada podem ser admissíveis em caso de bem(ns) imóvel(is), e deverão ser apresentadas nos termos do art. 895, do CPC, podendo ser apreciadas pelo Juízo, desde que não haja proposta à vista na Sessão de Alienação. A apresentação de proposta parcelada deve ser feita nos próprios autos e ser protocolada pelo(a) advogado(a) do(a) proponente antes da sessão de alienação Direta, observando o preço mínimo estabelecido para cada fase de compra. Se as propostas protocoladas nos autos forem de igual valor e igual quantidade de parcelas, terá preferência a que foi protocolada primeiro.

4. AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA, SUB-ROGAÇÃO NO PREÇO, BAIXAS E ISENÇÕES: a) A alienação por iniciativa particular é forma originária de aquisição da propriedade, equiparando-se em seus efeitos à alienação em Hasta Pública. Sendo assim o arrematante/adquirente ficará isento dos créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria da União, Estados e Municípios e Distrito Federal, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, seja em hasta pública ou em alienação particular, estejam ou não inscritos na dívida ativa (art.130, parágrafo único do CTN). Assim como haverá a baixa de qualquer gravame em matrícula imobiliária, sem ônus ao (à) comprador (a), abrangendo penhoras, indisponibilidades, arrestos, averbações oriundas de outras ações, hipotecas e equivalentes. Cabe ao (à) adquirente, todavia, a responsabilidade de pagar os emolumentos cartoriais de transferência, e demais custos com regularização da área, como com desmembramentos, se for o caso, além do ITBI, como requisito para registro da Carta de Alienação, a ser expedida no momento processual oportuno. b) Eventuais débitos condominiais podem ser sub-rogados no preço, nos termos do art. 908 do CPC. Todavia, caso a sub-rogação não ocorra total ou parcialmente, após rateio e em razão do pagamento de créditos preferenciais, serão de responsabilidade do(a) adquirente os valores não sub-rogados, salvo provimento jurisdicional obtido em ação própria. Sendo assim o (a) interessado (a) deverá apurar o valor condominial devido junto à administração/Síndico. Este edital

tem força de ofício em favor do (a) interessado(a) para esse fim. c) Em caso de alienação fiduciária, se o entendimento do Juízo for o de penhorar os direitos do devedor fiduciante, a descrição do bem indicará e o saldo devedor deve estar indicado no edital, para que o arrematante/adquirente possa ser responsabilizado na assunção da dívida do devedor fiduciante, sob pena de nulidade da venda. E caso o entendimento seja diverso, de não responsabilizar o comprador pela dívida, o saldo devedor não precisa constar do Edital, todavia a intimação do credor fiduciário deve ser observada para a eficácia do ato. d) Eventuais taxas judiciárias ou tributos que venham a incidir sobre a operação de alienação do bem, inclusive aqueles que venham a ser instituídos pela Reforma Tributária (IBS e CBS e outros), observarão a legislação vigente e, caso exigidos pelos entes competentes, serão suportados pelo adquirente, não havendo responsabilidade do Juízo, do exequente ou do leiloeiro. 5. CADASTRO E HABILITAÇÃO DOS PARTICIPANTES: a) Para participar da alienação, o(a) proponente deverá estar cadastrado(a) e homologado(a) no site <https://leilaopernambuco.com.br/> e também em sistema do Tribunal, se existir e estiver ou vier a estar previsto em normas internas. b) O(A) licitante, caso já não possua cadastro previamente habilitado no site do leiloeiro oficial e do Tribunal, no prazo de pelo menos 48 horas antes do fechamento de cada sessão da alienação Judicial direta, responsabilizando-se pela veracidade dos documentos anexados, e sob as penas da lei, sendo pessoa física, deverá fornecer cópias digitalizadas do CPF, RG, comprovante de residência, e com provante de estado civil (certidão de nascimento, ou certidão de casamento, com ou sem averbação do divórcio ou separação, ou documento que comprove a união estável), e, se pessoa jurídica, contrato social ou equivalente e últimas alterações ou contrato consolidado, cartão CNPJ, RG, CPF e comprovante de residência do(s) representante(s) legal(is) da empresa; documentos estes que deverão ser anexados via sistema/site, quando do seu cadastramento no site do leiloeiro oficial. O login do(a) interessado(a) no site do leiloeiro só será liberado após a conferência da documentação acima mencionada. Liberação de cadastros realizados após esse prazo poderão ser atendidas até a data da sessão a depender da disponibilidade do leiloeiro e de sua equipe em conferir os documentos apresentados e liberar o login do(a) interessado(a). O(A) licitante só estará plenamente habilitado se também providenciar no mesmo prazo homologação perante o sistema de cadastro de licitantes do Tribunal, se existir. Uma vez feito o cadastro e estando este homologado, não há necessidade de novo cadastramento e homologação para as demais sessões de alienação que se seguirem, salvo se houver alteração em quaisquer dos sistemas de cadastramento que importem na necessidade de recadastramento ou caso supervenientemente o cadastro do(a) licitante precise ser revalidado em caso de pendência ou alteração. c) Na hipótese de inexistência ou de discontinuidade de sistema de cadastro de licitantes do Tribunal ou em caso de se estabelecer em normas ou regulamentos a necessidade de cumprimento de outras exigências cadastrais, diversas das anteriormente estabelecidas, poderá o leiloeiro, sempre que entender necessário, estabelecer a necessidade de habilitação prévia para a participação em cada sessão de alienação, para os fins de verificar a adequação do cadastro do licitante às exigências cadastrais vigentes ao tempo da realização de cada sessão. 6. CERTIFICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E PRAZO DE PAGAMENTO: a) O leiloeiro certificará nos autos o resultado de cada Sessão. Em caso de alienação positiva, e após a homologação judicial da proposta vencedora, o leiloeiro enviará para a conta de e-mail cadastrada do(a) adquirente as guias de depósitos judiciais referentes ao valor proposto e à comissão do leiloeiro, tendo este(a) prazo de pagamento de 1 dia útil após expedição das guias ou outro prazo que o Juízo fixar na decisão homologatória. b) O leiloeiro também certificará nos autos acerca da segunda maior proposta que tenha sido ofertada, para os devidos fins. 7. FORMALIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO: a) Conforme o art. 880, §2º, do CPC, a alienação será formalizada por Termo/Auto nos autos, com a assinatura do(a) juiz(a), do(a) exequente, do(a) adquirente e, se presente, do(a) executado(a). O termo será confeccionado com o auxílio do leiloeiro oficial, que assinará o documento e colherá as assinaturas do(a) adquirente, e do(s) exequente(s), podendo esta subscrição se dar através do(a)(s) advogado(a)(s) deste(s) e em seguida o remeterá à Vara, para que seja assinado pelo Juízo. b) Após a assinatura do Termo/Auto de Alienação, com as intimações de Estilo, e tendo decorrido o prazo legal de impugnação (art. 903, §2º, CPC), será expedida: CARTA DE ALIENAÇÃO e MANDADO DE IMISSÃO NA POSSE, nos casos de bem imóvel; ou MANDADO/ORDEN DE ENTREGA, nos casos de bem móvel. 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS: a) A venda deverá ser divulgada no sítio eletrônico do leiloeiro oficial, qual seja: <https://leilaopernambuco.com.br/>, e respeitada a publicidade de todos os atos inerentes à venda, gozando o leiloeiro de fé de ofício no tocante à certificação das circunstâncias em que realizada, e devendo ser advertidos os(as) proponentes de que serão considerados, nesse procedimento, equiparados aos arrematantes para todos os fins de Direito; b) O prazo de publicação do Edital e intimações legais, conforme art. 889, do CPC, é de pelo menos 5 dias úteis de antecedência para a primeira Sessão de Alienação eletrônica designada; c) O arrematante/adquirente remisso ou inadimplente estará sujeito às penalidades legais (art. 897 CPC, art. 358, CP, e demais normas aplicáveis à espécie); d) Pelo presente, ficam desde logo INTIMADAS AS PARTES, NAS PESSOAS DE SEUS ADVOGADOS, bem como demais interessados, credores e cônjuge do executado, caso não sejam localizados para a intimação pessoal. Este edital será publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN e no sítio eletrônico mantido pelo leiloeiro, em conformidade com a lei; e) Quaisquer dúvidas podem ser sanadas com o leiloeiro e sua equipe pelos seguintes canais de comunicação: WhatsApp (81) 99707-0507/ 99680-0102 ou pelo e-mail contato@leilaopernambuco.com.br. CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE, 22 de julho de 2026. BRUNO ANTONIO ACIOLY CALHEIROS Magistrado Intimado(s) / Citado(s) - AROLDO CAVALCANTE MOREIRA

De acordo com as disposições dos artigos 4º, §3º, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e 224 do Código de Processo Civil, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação.

A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação.



<https://comunicaapi.pje.jus.br/api/v1/comunicacao/Q19VxvmEZMemT1MTzh8oVGkZ4eny8l/certidao>
Código da certidão: Q19VxvmEZMemT1MTzh8oVGkZ4eny8l